EM DEFESA DO HOLANDÊS

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Está na agenda do dia a controvérsia acêrca da fundação da cidade de Fortaleza. Com mais paixão que autoridade o assunto tem sido tratado pelo noticiário da imprensa e já começa a interessar ao homem da rua.

No Instituto do Ceará, que é o lugar mais indicado para a consideração criteriosa do problema, foi êle, na última sessão, objeto de animadas discussões. Uma comissão, presidida pelo sábio Dr. Pompeu Sobrinho, foi constituida e deverá, após estudos minuciosos, traduzir a opinião oficial da Casa acêrca da controvertida questão.

Situo-me no grupo dos que carreiam para o flamengo Mathias Beck as glórias de fundador da capital cearense, embora reconheçamos que nem a êste, nem a Martim Soares Moreno ou Pero Coelho acudiu jamais o deliberado intento de fundar uma cidade. Fundamento meu ponto de vista em argumentos simples e lógicos. Poderia mesmo dispensar-me de externar outras considerações além daquelas, muito elementares e convincentes, que me mostram que em tôrno do reduto que Soares Moreno fundou na Barra do Ceará não medrou nenhuma povoação, enquanto do forte que o holandês ergueu no morro Marajaitiba nasceu e cresceu uma cidade, a qual, quando precisou de nome, foi buscá-lo na edificação que lhe deu origem.

No comêço era o forte e o forte se fêz cidade, e o forte foi a cidade... E o forte foi o de Schoonenborch, transformado em 20 de maio de 1654 em Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, bela e heráldica denominação que passou à cidade, a qual traduz no sobranceiro nome uma fidelidade admirável à sua origem cavalheiresca.

Por duas vêzes tive oportunidade de tecer considerações escritas sôbre o assunto. A primeira numa monografia intitulada **Aspectos do domínio holandês no Ceará**, e a segunda em artigo solicitado por uma publicação de São Paulo, e a que dei o título de **Fortaleza, página da aventura holandesa nos trópicos**. Em uma e outra espero ter demonstrado sobejamente caber a Mathias Beck, chefe da segunda invasão holandesa ao Ceará, em 1649, as glórias de fundador da capital cearense, tese, aliás, desde algum tempo defendida pelo historiador Raimundo Girão.

O problema deve ser examinado com isenção de ânimo, sem outra paixão além daquela que ao historiador deve inspirar a verdade histórica.

É certo que em 20 de janeiro de 1612 chegou ao Ceará Martim Soares Moreno trazendo um padre e seis soldados. Em 1603, com apenas 17 anos, participara da expedição pioneira de Pero Coelho de Souza.

Aqui chegando, construiu uma igreja e um fortim sôbre as ruínas do reduto que Pero Coelho, nas suas andanças pelas praias cearenses, de 1603 a 1605, fundara na Barra do rio Ceará. De 1613 a 1621 estêve Soares Moreno afastado do

Ceará, ora combatendo o francês no Maranhão, ora na Europa, onde cumpriu dura reclusão em cárceres da França, aprisionado que fôra, numa daquelas viagens, por piratas franceses. Em 1631 deixou para sempre a terra cearense e foi a Pernambuco combater o flamengo, ali se portando com a competência habitual.

Figura marcante nas lutas contra o invasor, logo seria elevado a Mestre de Campo, e nos documentos da época sua assinatura precede a dos grandes heróis da insurreição pernambucana. Baluarte da colonização portuguêsa no setentrião brasileiro, vida balizada por feitos admiráveis e quase legendários, é Martim Soares Moreno a figura mais impressionante do Ceará colonial.

Seis anos haviam decorridos desde a partida de Moreno da sua capitania, quando se processa a primeira investida holandesa contra o Ceará: em 25 de outubro de 1637 fundeou no Mucuripe a pequena frota de Joris Garstman. Já no dia seguinte seu efetivo dominava fàcilmente a guarnição portuguêsa do reduto da Barra do Ceará, então sob o comando de Bartolomeu de Brito.

A Companhia das Índias Ocidentais pela primeira vez firmava o pé em terras cearenses. E por sete anos aqui permaneceria, objetivando a exploração salineira à base do braço indígena.

Em 1644, revoltados pelos maus tratos que lhes infligiam os novos senhores, cuja vinda fôra por êles instigada, os indígenas trucidam a guarnição holandesa do fortim e o incendeiam. Terminava com sangue a primeira fase da ocupação flamenga do Ceará.

Até então o palco dos acontecimentos, quase sempre trágicos, ficara restrito à Barra do Ceará, região distante, há três séculos muito mais do que hoje, do local onde assenta a capital cearense. Neste último nada fôra construído ainda, a técnica do ocidental civilizado ali não deixara ainda a sua marca.

Massacrado o invasor batavo pela própria indiada enfurecida, a terra por cinco anos permaneceu abandonada e vazia de europeu. Nem ibéricos nem flamengos aqui tentaram fixar-se antes de 1649. Mas em 3 de abril daquele ano lança âncora no Mucuripe uma flotilha de cinco embarcações e 298 homens. Ostenta o pavilhão de Holanda e traz no seu comando Mathias Beck.

Vem fazer a reconquista da terra e traz para isso 41 índios do Ceará.

Aquela expedição não visava apenas à posse da terra mas também à sua exploração, como o inspirava a política expansionista da Holanda no século XVII. O fator militar e o comercial marchavam de mãos dadas, aquêle condicionando o êxito dêste. Outra coisa, aliás, não fazia o flamengo que copiar o exemplo que os povos ibéricos propiciavam na epopéia dos descobrimentos: alargar a fé e o império pela fôrça das armas, abarrotar as caravelas pela fôrça da exploração comercial.

A vinda de Mathias Beck e sua gente consubstanciava uma expedição mineira. O sal fôra o incentivo comercial da primeira expedição; as minas de prata da serra de Maranguape eram a justificativa da segunda.

Êste segundo capítulo do domínio holandês no Ceará é bem conhecido porque o chefe da expedição tinha o hábito de lançar num diário os fatos mais expressivos da sua passagem na terra. Êste diário foi trazido da Holanda em 1885 pelo Dr. José Higino Pereira, do Instituto Arqueológico de Pernambuco, e transcrito na Revista do Instituto do Ceará. Infelizmente é incompleto, pois cobre apenas os doze primeiros meses dos sessenta que Beck passou em terras cearenses. Mas êste diário foi que assegurou ao chefe holandês um lugar na galeria dos fundadores de cidade, pois da sua leitura depreende-se ter sido êle o fundador do Forte Schoonenborch, núcleo de onde germinaria a hoje cidade de Fortaleza.

Percorrendo a praia, desde Mucuripe até a Barra do Ceará, onde se localizara o primitivo reduto português ocupado pelos seus em 1637 e em 1644 arrasado pelos índios, Mathias Beck decidiu erguer sua fortificação na colina onde hoje se localiza o Q.G. da 10ª Região Militar, próxima à qual corria o Pajeú, então denominado Marajaig pelo indígena. Era abril, e o córrego devia estar volumoso, fato

que o impressionou, pois no diário êle o denominou de **belo rio de água doce.** O Pajeú foi sem dúvida um decisivo fator de localização do reduto holandês: garantia o suprimento de água e era fàcilmente defensável da colina. A proximidade do mar era também consideração da maior impôrtância, pois o mar assegurava o abastecimento vindo de Recife e era a garantia da retirada no caso de insucesso. Na Barra do Ceará, localizado às margens do rio, ficavam êles na dependência das marés.

Escolhido o local, segundo o Diário de Beck teve início a construção do forte no dia 10 de abril daquele ano, quando o engenheiro Ricardo Caer traçou o risco da fortificação que foi iniciada por 40 soldados.

O estabelecimento estava destinado a ser ao mesmo tempo um reduto militar e um entreposto comercial. Analisando o fato, tive oportunidade de escrever num dos citados trabalhos: «A natureza mistiforme do estabelecimento, na sua estrutura e finalidade, concorreu para que logo êle se transformasse num centro de atração humana, deslocando para suas imediações o interêsse, primeiro dos indígenas, e mais tarde, após a restauração, dos elementos alienígenas que iam surgindo na terra. Dali nasceria a cidade. Algumas décadas depois, já começava a se espraiar pelas imediações do morro, em tôrno do forte, um aglomerado informe de palhoças e choupanas, um minúsculo arremêdo de nucleamento urbano de que a conjunção de interêsses vitais impunha a trôpega formação.»

De fato, dali sairia a primeira rua da cidade, ali próximo se localizaram as casas que primeiro se construíram na nascente povoação. O forte de Mathias Beck deu origem à cidade.

Quando em 20 de maio de 1654 o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto restabeleceu nas terras cearenses as prerrogativas da Coroa Lusitana, foi no Schoonenborch que êle se estabeleceu. Uma providência imediata que se impunha era a restauração da fé — a componente mística da política colonial portuguêsa. E para isso Azevedo Barreto ergueu no forte uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Esta denominação é a que tomaria breve a fortificação ex-holandesa, cujo nome mudou-se para **Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.**

Os que se recusam a aceitar o chefe holandês como fundador da cidade de Fortaleza, agindo mais pelo sentimento que pelo raciocínio, fundamentam sua objeção em argumentos, dos quais os principais são:

1) Mathias Beck não teve a intenção de fundar uma cidade;
2) para a construção do Forte Schoonenborch foram trazidos materiais do fortim português da Barra do Ceará;
3) Mathias Beck era delegado de uma companhia estrangeira que exercia no Brasil atos de pirataria.

Nenhum dos três argumentos pode ou deve ser levado a sério, tal sua inconsistência. Em primeiro lugar, cumpre assinalar que são rarissimas as cidades, como Brasília, que foram deliberadamente fundadas. O fenômeno é moderno, pois o que se nota no passado histórico é que as cidades nascem e crescem em tôrno de um acidente geográfico dominante, como por exemplo um pôrto natural, ou em tôrno de uma realização humana, como uma fortificação, uma igreja ou um entreposto comercial. Concordamos que Mathias Beck não deve ter pensado em fundar uma cidade, mas erguendo um forte lançou os fundamentos de uma cidade, da qual o fundador seria Soares Moreno ou Pero Coelho se ela houvesse crescido em tôrno do reduto da Barra do Ceará.

O segundo argumento ainda se revela mais frágil. O fortim de Soares Moreno transformou-se em 1637 em prêsa de guerra dos holandeses. Dêle e do seu material podiam fazer o uso que bem lhes aprouvesse. Deixar o Schoonenborch de ser uma fortificação flamenga por ser parte das suas telhas ou dos seus tijolos de fabricação portuguêsa? Além disso, quem pode honestamente garantir que o material

trazido da Barra para a colina de Marajaitiba fôra fabricado pelos portuguêses que ali se estabeleceram? Havia doze anos que os lusos abandonaram o forte, e nêle os holandeses se estabeleceram por sete anos. Não poderiam, em tão longo período, ter ampliado as instalações ou melhorado as existentes, fabricando para isso o necessário material? É uma hipótese perfeitamente admissível, embora ela em nada altere a significação histórica de o primeiro estabelecimento construído na área da capital ter sido um forte holandês.

Resta examinar a condição de pirata atribuída a Mathias Beck.

Ora, nenhum historiador pode se dar ao luxo de selecionar personagens no grande drama de História. Temos que aceitar o fato histórico tal como êle se apresenta. O fato de ser Beck um aventureiro ou pirata, pode não nos ser agradável, mas não invalida suas realizações. Aliás, no grande palco da História é bem relativo o epíteto de pirata. O que é, sob certos aspectos, a história da humanidade senão uma longa tradição de pirataria? Que foi a epopéia brilhante dos descobrimentos senão uma sucessão de atos predatórios? Veja-se o que fizeram Hernan Cortez no México e Vasco da Gama nas Índias.

Por piratas romanos e cartagineses foram fundadas inúmeras cidades da orla do Mediterrâneo. O recuo do meridiano demarcador, façanha monumental que duplicou o território nacional, foi uma operação de pirataria do bandeirismo paulista que de imediato espoliava o indígena e remotamente roubava a Coroa de Espanha.

Cumpre não esquecer ainda que a conduta da Holanda naquela conjuntura histórica tinha boa parcela de justificação. Era um aspecto da luta universal de comércio livre contra o monopólio. Desde que o Papa espanhol Alexandre VI, através de três bulas, dividira a terra entre os reis cristãos de Portugal e Espanha, que uma onda de inconformismo varreu as nações marítimas da Europa. «Portuguêses e espanhóis, escreve João Ribeiro, pretenderam haver aberto o oriente fechado pelos turcos e o ocidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens. Foi justamente nesta luta em que faziam o papel de piratas ou corsários, que franceses, ingleses e sobretudo holandeses começaram a formar êsse imenso poder naval, essa supremacia marítima que acabou por se substituir à dos seus rivais. O comércio livre foi a obra do individualismo, das emprêsas privadas: os governos europeus por impotência reconheciam o monopólio ibérico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquêle privilégio.

Um rei francês dizia com espírito nunca ter lido a verba testamentária em que Adão legava o mundo aos espanhóis e portuguêses. E era para todos uma novidade em direito fazer-se do descobrimento de caminhos marítimos o sinal de propriedade.

Foi portanto o monopólio a principal razão da guerra, e não talvez a posse do território, idéia sugerida mais tarde como um meio de garantir o comércio colonial. Era a guerra que a civilização reclamava. Com pequenas alterações assistimos ainda hoje, nos dias que correm, ao desenvolvimento do mesmo drama que se origina das rivalidades econômicas, mas que elas sós não explicam.»

A aceitação, por uma imposição da verdade histórica, da fundação de Fortaleza por um holandês não anula nem reduz o fato eloqüente de que portuguêsa foi tôda a obra de colonização e de que, neste particular, é nula a contribuição flamenga.

O próprio domínio holandês do Nordeste por quase um quarto de século, com suas implicações históricas e sociológicas, não é, como muito bem acentua Capistrano de Abreu, senão um episódio da ocupação do litoral, inexpressivo face à obra gigantesca do desbravamento e ocupação dos sertões onde se plasmou, em verdade, a base geográfica da nacionalidade.

(Publicado em «O POVO», de 10-XI-1960.)